

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURIDIÇÃO

Objetivo	Implementar medidas concretas e permanentes com vistas à melhoria dos serviços judiciários prestados pela primeira instância do TRT-12ª Região, nos termos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014. Dar continuidade às demandas da reunião do dia 26/10/2016
Data	31/3/2017
Horário	das 10h30min às 12h
Local	Sala de reuniões – 10º Andar
Coordenação da Reunião	Ricardo Kock Nunes – Juiz Auxiliar da Presidência
Proad nº	5730/2014

Presentes	
NOME	ÁREA
Ricardo Kock Nunes	Juiz Titular da 1º VT de Tubarão - Juiz Auxiliar da Presidência
José Carlos Kulzer	Juiz Titular da VT de Palhoça - Presidente AMATRA
Magda Eliete Fernandes	Juíza Titular da 3º VT de São José
Alessandro da Silva	Juiz Substituto da 3ª VT de Florianópolis
Rosângela Yamada	Secretária-Geral da Presidência Substituta
Ana Paula Volpato Wronski	Diretora-Geral da Secretaria
Enedina Montibeller Soares	Diretora da Secretaria da VT de Timbó
Mário Sergio Kumlehn	Diretor da Secretaria da 1ª VT de Blumenau
Vanessa Gesser de Miranda	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Fernanda Gomes Ferreira	Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica
Gilmar Edilson Vieira	Assessor da Secretaria da Corregedoria
Clayton Wosgrau	Diretor da Secretaria de Comunicação Social
Cintia Augusto da Silva	Oficial de Justiça – Serviço de Conciliação e Apoio às Atividades Judiciárias (SECAJ)



Assuntos Tratados / Deliberações

Inicialmente foram mencionadas as ausências justificadas de representante do SINTRAJUSC e dos Oficiais de Justiça convidados.

A reunião observou a pauta encaminhada antecipadamente aos participantes conforme material anexado.

1. **Oficiais de Justiça** – participação na execução e segurança, demanda da reunião do dia 29/11/2016.

A servidora Cintia, Oficial de Justiça, registrou inicialmente que a categoria está desmotivada, sendo muito importante a proximidade com a Administração. Ela entregou material referente à pesquisa nacional feita por grupo independente, logo após o assassinato do Oficial de Justiça do TRT do Rio de Janeiro, para auxiliar na implantação de políticas de segurança para os oficiais de justiça.

Os debates iniciaram ficando consignado algumas informações/ideias, tais como: a Administração está programando um encontro com a categoria para buscar a aproximação com os Oficiais; muitas medidas de segurança são simples e de rápida aplicação; as Centrais de Mandados acabaram distanciando os Oficiais das relações com os demais colegas de Secretaria e com os Magistrados; há muitos mandados de condução coercitiva de testemunhas em que o Oficial de Justiça tem que utilizar o carro próprio; entre outros.

O Juiz Alessandro sugeriu a realização de um levantamento estatístico dos dados envolvendo as atividades dos Oficiais de Justiça como a série histórica da quantidade e tipos de mandados expedidos visando apoiar os estudos.

Ficou definido que a Direção-Geral coordenará grupo de trabalho com os Oficiais de Justiça para aprofundar o tema e organizar o encontro mais alinhado às demandas da categoria. O grupo deverá avaliar o material entregue pela Cintia, bem como avaliar a pertinência de fazer pesquisa própria junto aos Oficiais da 12ª Região. Ficou estabelecido a necessidade de participação de magistrado no referido grupo de trabalho, bem como o envolvimento do Comitê de Segurança. A AMATRA mencionou interesse de participação. A Secretaria da Corregedoria sinalizou que está em fase de elaboração nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do TRT da 12ª Região, previsto para julho, enfatizando que há espaço para eventual análise e inclusão de alguma demanda decorrente das necessidades dos Oficiais de Justiça.

2. **Mídias Sociais**, demanda da reunião do dia 29/11/2016.

O servidor Clayton, Diretor da Secretaria de Comunicação Social, analisou a demanda da última reunião e trouxe para o debate alguns pontos importantes, tais como: a utilização das mídias sociais no local de trabalho deve ser gerenciada pelo gestor, pessoa mais próxima dos servidores e conhecedora nos impactos do uso indevido nos resultados da unidade, ou seja, a atuação do gestor é mais eficaz localmente do que uma ação institucional; as mídias sociais são utilizadas por alguns servidores também como apoio ao trabalho e facilitadora da comunicação das equipes, o que pode refletir positivamente na produtividade; há interesse do Tribunal em estimular o uso das mídias sociais de forma oficial para troca de práticas e informações; entre outros.

Ficou registrada a preocupação do Comitê em não usar a comunicação oficial para generalizar “chamadas de atenção” que representam atitudes localizadas e de poucas pessoas.

Ficou consignado que a Secretaria de Comunicação Social fará um trabalho de sensibilização envolvendo o impacto do uso excessivo das mídias sociais na vida das pessoas e na organização do trabalho, aproveitando reportagens ou artigos publicados.

Fica registrado que o servidor Clayton participou da reunião apenas para tratar do tema das mídias sociais.

3. **Projeto Padronização dos Documentos do PJe**, demanda da reunião do dia 29/11/2016

A servidora Fernanda, Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e o servidor Marcelo, Diretor do Serviço de Gestão de Processos apresentaram de forma resumida o estágio do projeto de Padronização dos Documentos do PJe cabendo destacar:

- o projeto atende demanda da SECOR;
- o trabalho está sendo conduzido de forma colaborativa com apoio de Diretores de Vara;
- foi identificado um conjunto de documentos para padronizar;
- a Secretaria da Corregedoria, com o material enviado pelos Diretores e também de outros Regionais, vai apresentar sugestão de modelos de documentos;
- como próxima fase consta debater os modelos sugeridos pela Corregedoria com o grupo de trabalho.

Foi ressaltado que o projeto prevê ampliação da participação dos magistrados.

Foi mencionado pelo Juiz Alessandro a importância dos modelos serem submetidos às instituições parceiras como CEF, BB, Ministério do Trabalho, ou seja, com os destinatários dos documentos para que avaliem se ele é esclarecedor e se todas as informações necessárias foram absorvidas pelo modelo.

Foi mencionada, pela servidora Enedina, a necessidade de se avaliar o padrão ABNT tratado no PJe.

4. Estudos sobre novas regulamentações de remoção e redistribuição

A servidora Vanessa, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, apresentou o cenário atual do quadro de pessoal, evidenciando o momento crítico por que passa o TRT da 12ª Região, especialmente em função do elevado número de aposentadorias atuais e de pessoas que já implementaram os requisitos para se aposentar, e a impossibilidade de reposição e as propostas de alteração dos regimentos de remoção e redistribuição para lidar com a nova realidade. O conteúdo apresentado pela servidora está anexado ao presente.

Foi mencionado nos debates que há demanda específica dos Assessores de Desembargadores e que é necessário estreitar o diálogo do primeiro e do segundo grau. Foi mencionada a intenção de realização de encontro dos assessores, tendo sido registrado o interesse da AMATRA em participar.

Foi mencionado que o TRT da 12ª Região aguarda orientações sobre a implantação da Resolução CNJ nº 219/2016, pois ainda há, nacionalmente, dúvidas principalmente quanto à forma e os critérios de cálculo. Foi mencionado, também, que a Resolução CNJ nº 219/2016 não é completamente alinhada com a Resolução CSJT nº 63/2010, tendo o CSJT oficiado recentemente enfatizando que sua resolução está em vigor e deve ser aplicada no âmbito da Justiça do Trabalho.

Foi mencionado, também, que uma das propostas do plano de ação encaminhado ao CNJ é a realização de trabalho remoto caso seja necessário remanejar servidores de um grau de jurisdição para outro.

Foi consenso que o Tribunal precisa encontrar mais alternativas para lidar com o cenário de diminuição considerável dos seus quadros pela impossibilidade de reposição das aposentadorias e paralisação da tramitação de criação de cargos, o que passa por um debate maior em relação à reestruturação de algumas áreas e, também, por novas formas de organização trabalho.

5. Distribuição Orçamentária

A servidora Ana Paula, Diretora-Geral, apresentou um panorama geral do orçamento para 2016 enfatizando o período de muitas incertezas. Registrou que a realidade é melhor do que 2015, mas o pensamento tem que ser de longo prazo, pois será o orçamento base para o futuro, sem a correção.

Mencionou a prioridade com reformas, especialmente com manutenção de urgência, para atendimento das demandas dos órgãos oficiais, como Corpo de Bombeiros e de Canoinhas e Brusque.

Registrou o atendimento de duas demandas trazidas pelo Comitê de Priorização do Primeiro Grau: o oferecimento da vacina da gripe e o retorno dos estagiários, enfatizando que eles apenas atuarão no primeiro grau.

Noticiou, ainda, um contingenciamento na Justiça do Trabalho, não tendo conhecimento do que representará para o TRT da 12ª Região.

6. Reestruturação do Tribunal

A servidora Fernanda, Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, apresentou a proposição do Comitê de Reestruturação Organizacional ao Comitê de Priorização do Primeiro Grau, conforme determinação do Desembargador-Presidente, PROAD nº 1002/2017, e informado previamente aos participantes da reunião.

O material apresentado está em anexo.

Foi mencionado que a AMATRA encaminhou pedido, formalizado no PROAD nº 2735/2017, solicitando a reestruturação das NUGECEM's.

O Comitê acatou os estudos apresentados pelo Comitê de Reestruturação Organizacional em relação à nova estrutura de apoio aos Foros Trabalhista.

Por fim a servidora Rosângela, Secretária-Geral da Presidência substituta, informou que está sendo disponibilizada página própria com as informações envolvendo o Comitê de Priorização do Primeiro Grau, com o objetivo de dar maior transparência ao tema.

Encaminhamentos sugeridos	
Tarefa	Responsável (is)
Organizar Grupo de Trabalho Oficiais de Justiça (oficiais,	Ana Paula - DIGER

magistrados, Comitê de Segurança e AMATRA)	
Levantamento dos dados estatísticos dos Oficiais de Justiça.	Marco - SEESTP

Sensibilizar o quadro funcional do TRT-12ª Região sobre o impacto do uso frequente das mídias sociais.	Clayton - SECOM
Apresentar proposição do Comitê de Priorização do 1º Grau para grupo envolvido na padronização de documentos	Marcelo - SEGEPRO
Registrar no PROAD 1002/2017, que trata da reestruturação, que a proposta para nova estrutura de apoio ao Foro foi acatada pelo Comitê de Priorização de Primeiro Grau	Marcelo - SEGEPRO

Fechamento da Ata

Data	Nome do Redator	Ramal
06/4/2016	Fernanda Gomes Ferreira	4190

REUNIÃO COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU

31/3/2017
10h30min – 12h

PAUTA

- Deliberações da reunião 29/11/2016 (PROAD nº 5730/2014)
- Oficiais de Justiça – execução e segurança (PROAD nº 5730/2104)
- Utilização da mídias sociais no expediente (PROAD nº 5730/2014)
- Projeto Padronização dos Documentos do Pje (PROAD nº 12916/2016)
- Estudos sobre novas regulamentações de remoção e redistribuição
- Distribuição orçamentária – Resolução CNJ nº 195/2014
- Reestruturação do Tribunal – NUGECEMs (PROAD Nº 1002/2017 E 9951/2016)

Deliberações da reunião 29/11/2016

(PROAD nº 5730/2014)

- Utilização da mídias sociais no expediente
- Estágio remunerado
 - Para ser não remunerado tem que ser obrigatório
 - Orçamento vai permitir a volta do estágio remunerado
 - Adesão das instituições de nível superior é incerta
 - Alta rotatividade
- Programa servidor solidário
 - Experiência do TRT-15ª Região
 - Condicionado ao Programa Mapeamento Global de Desempenho
 - Coordenado pela Corregedoria

PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PJE

(PROAD nº 12916/2016)

- APRESENTAÇÃO Dr RICARDO, FURLAN
(SECOR), MARCELO (SEGEPRO)

REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO

- APRESENTAÇÃO VANESSA (SGP)

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- APRESENTAÇÃO ANA PAULA (DIGER)

REESTRUTURAÇÃO

(PROAD nº 1002/2017 PROAD Nº 9951/2016)

-
- NUGECEM e Atividade de apoio indireto de 2º Grau
 - Atividade de apoio indireto de 2ª grau – mapeamento de processos de trabalho nas Secretarias de Turmas
 - NUGECEM – conclusão do segundo estudo – pesquisa quantitativa e qualitativa

NUGECEM – PROPOSIÇÕES

(PROAD nº 1002/2017 PROAD Nº 9951/2016)

- Extinguir as NUGECEM's
- Criar Setor de Apoio à Gestão do Foro e da Central de Mandados – SEGECEM
- Destinar uma FC4, substituível, para o SEGECEM
- Lotar 1 (um) servidor no SEGECEM, sendo substituído nos afastamentos eventuais por servidor lotado na Vara do Diretor do Foro
- Promover a remoção dos servidores atualmente lotados na NUGECEM's para Varas do Trabalho
- Utilizar as sobras orçamentárias para transformar as fc's de juiz substituto em FC 5, nos termos da Resolução CSJT nº 63/2010
- Utilizar as sobras orçamentárias para criação de 5 FC4, vinculá-las ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas no primeiro grau para conciliação e execução

CENÁRIO 2016

(Recomendação CSJT nº 19/2016)

NÃO REPOR:

- aposentadorias e falecimentos que gerassem pensão
- cargos vagos em 31-12-2015

AUTORIZAÇÕES:

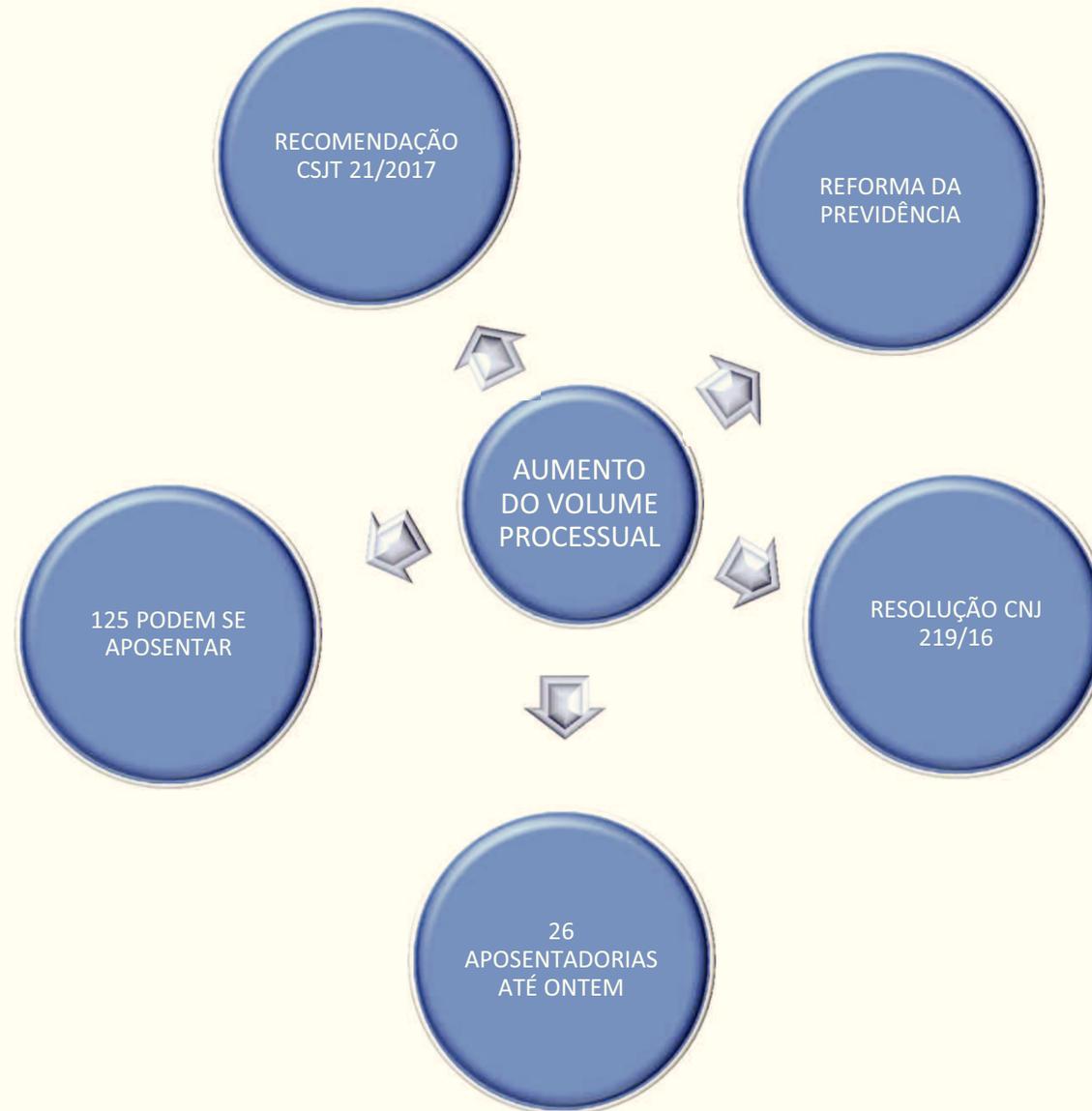
JULHO - 38 cargos
NOVEMBRO – 29 cargos

REDISTRIBUIÇÕES E APROVEITAMENTO TRF/TRE

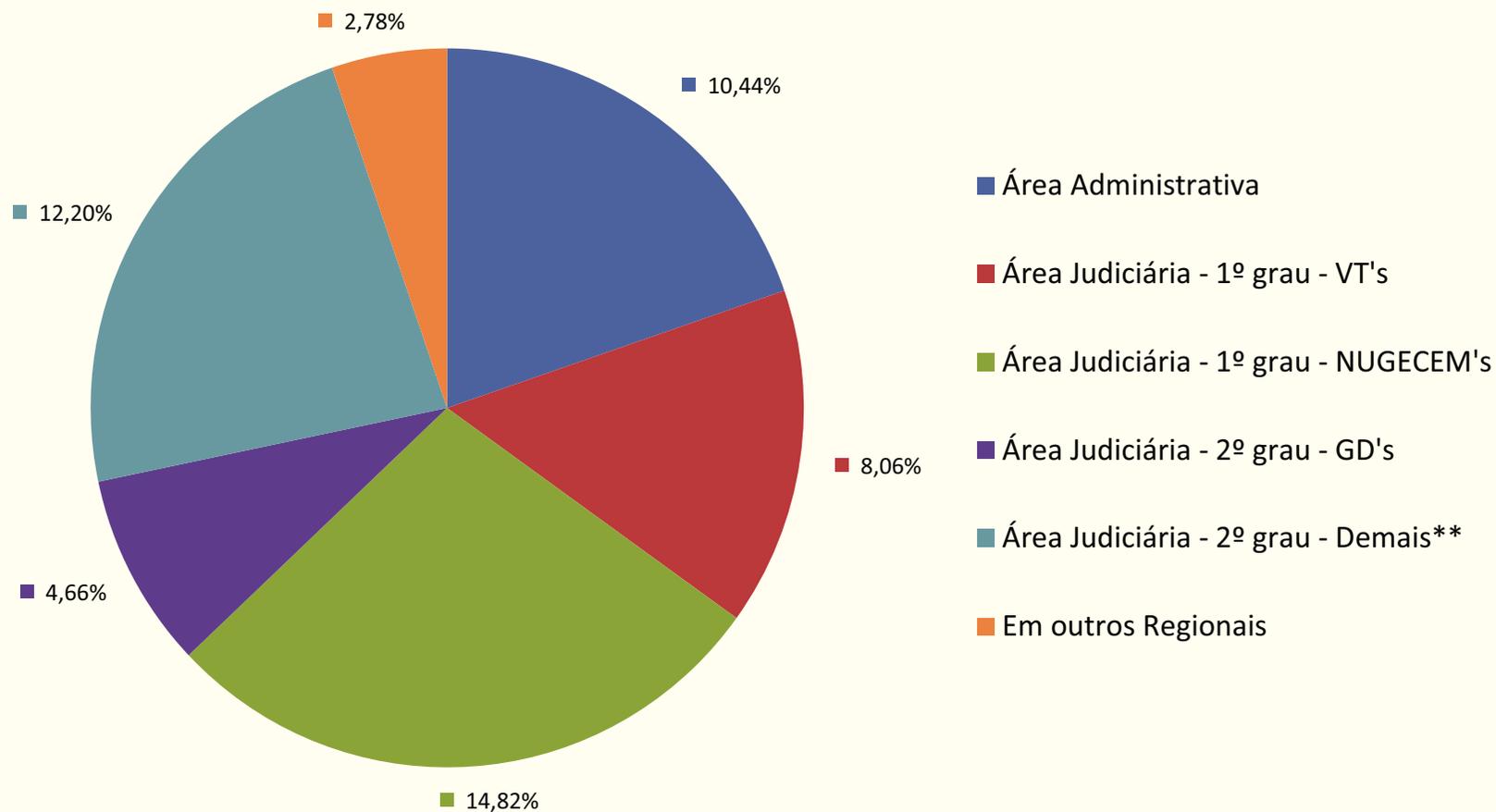
DEZEMBRO/16

APENAS 2 CARGOS VAGOS (DESISTÊNCIA)

CENÁRIO 2017



Defasagem de servidores em 2017 – 9,2% do Quadro de Pessoal

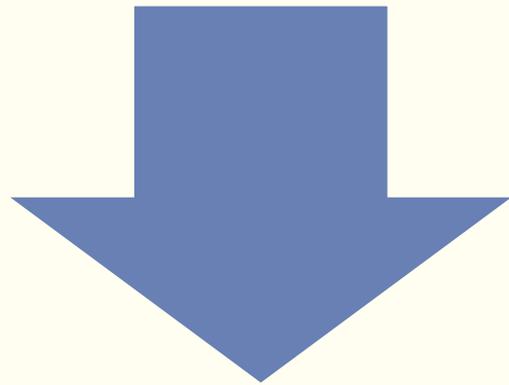


ALTERNATIVAS

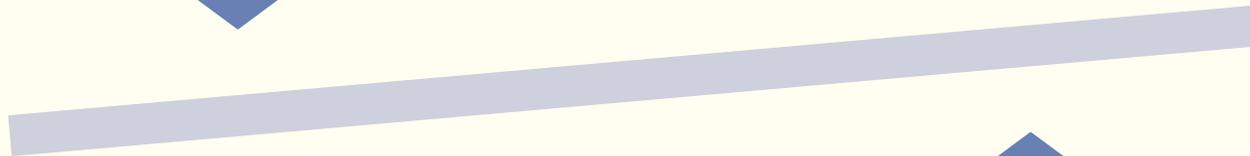
EXCETUAR A
REPOSIÇÃO
IMEDIATA NAS
REMOÇÕES EM
CASOS ESPECÍFICOS

MANTER OU
AUMENTAR A FORÇA
DE TRABALHO –
ALTERNATIVA À
QUEBRA DE
PERMUTAS E
SERVIDORES EM
OUTROS ÓRGÃOS

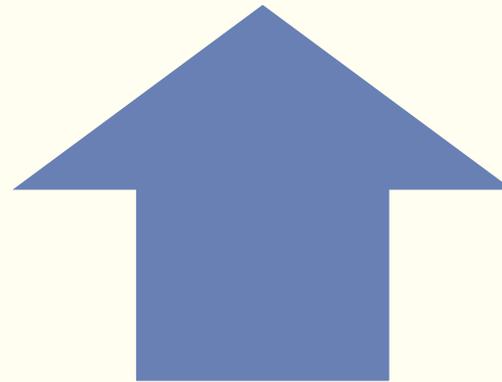
ENTRE VARAS DO TRABALHO



Lotação-padrão
máxima ou
excedente



Lotação-padrão
abaixo da
mínima



CARGOS EM COMISSÃO VARAS

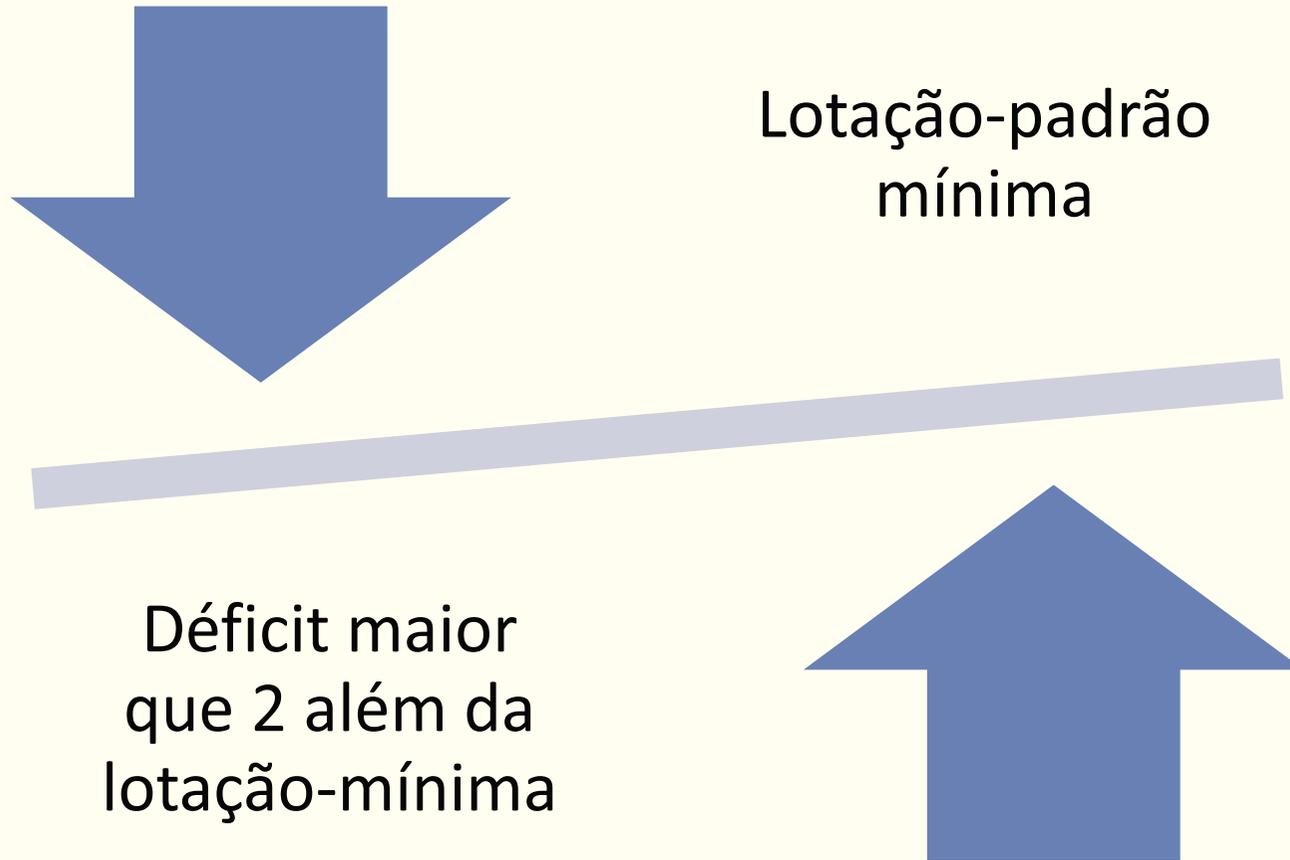
INDICAÇÃO PARA DIRETOR

- Já existia. Resolução CNJ

INDICAÇÃO PARA ASSESSOR DE JUIZ TITULAR

- Somente nos casos de remoção ou promoção de magistrado e DESDE QUE a Unidade de origem não fique com déficit maior do que a de destino.

ENTRE GABINETES



DA SEDE PARA GABINETES

INDICAÇÃO PARA ASSESSOR

- Somente se for servidor da SEDE (Res. 63 – não pode haver deslocamento do 1º para o 2º Grau sem reposição)

DA ÁREA DE APOIO JUDICIÁRIO PARA GABINETE

- Somente se o Gabinete estiver com déficit superior a 2 além da lotação mínima.

REDISTRIBUIÇÃO - INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Servidores já removidos por permuta

- Mais de 2 anos na Unidade
- SH solicitar a permanência

Removidos ou cedidos para o TRT-12 (sem permuta)

- Mudança nas condições que motivaram o deslocamento
- Origem do cargo vago em reciprocidade tem que ser do mesmo grau de jurisdição e, preferencialmente, da mesma Unidade

Removidos ou cedidos para outros órgãos (sem permuta)

- Cargo vago recebido em reciprocidade tem que ser passível de provimento (nomeação ou aproveitamento)
- Se a reciprocidade for com outro cargo ocupado, verificar a adequação do servidor.

À Presidência do Tribunal Regional do Trabalho

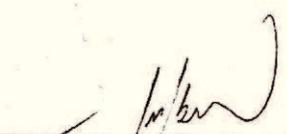
Desde a trágica morte em serviço do colega Oficial de Justiça Francisco Pereira Ladislau Neto, assassinado no Rio de Janeiro no ano de 2014, e sob a admoestação do Colégio dos Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho para que se intensificassem as medidas para promover a segurança dos oficiais de justiça, observamos avanços importantes em alguns tribunais. Ao celebrarmos esses avanços não podemos nos esquecer de incrementá-los e lembrar que a segurança dos servidores, em especial daqueles que colocam sua vida em risco diariamente para a realização de atos judiciais externos, deve receber especial atenção, mesmo em tempos de crise econômica, pois preservar a vida é tarefa que não pode ser prorrogada.

Com o objetivo de auxiliar na implantação de políticas de segurança para os oficiais de justiça foi realizada por um grupo independente uma pesquisa nacional com imensa participação de oficiais de todos os níveis do judiciário. O questionário fez um levantamento bastante amplo sobre o tema segurança identificando as principais situações de risco e suas consequências psicológicas e funcionais para os servidores, identificou as principais medidas adotadas pelos diversos tribunais ou a ausência delas e, por fim, colheu sugestões que podem ser adotadas para reduzir o risco profissional e preservar a vida e sanidade dos servidores do Poder Judiciário.

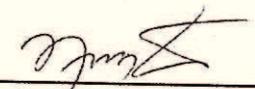
Os resultados obtidos revelam, por exemplo, que 89,5% dos oficiais do Brasil consideram seu trabalho muito ou extremamente arriscado; que 83,8% já sofreram ameaça ou intimidação durante a diligência; que casos de violência causam trauma psicológico e baixa produtividade e, infelizmente, que a maioria dos tribunais do país tem uma estrutura de segurança deficiente quanto aos oficiais de justiça.

Acreditamos que a pesquisa que trazemos ao seu conhecimento pode fornecer dados valiosos pois ouviu os interessados diretos, com questões formuladas por oficiais de justiça e voltadas especialmente para eles. Por isso rogamos que encaminhe os dados anexos ao setor responsável desse tribunal para auxiliá-los na implantação de uma política de segurança sempre mais eficiente.

Curitiba, 11 de novembro de 2016.



José Carlos Batista Junior
Oficial de Justiça/TRT9



Marcelo Araújo de Freitas
Oficial de Justiça/TRT9



OFICIAL DE JUSTIÇA

CENTRAL DE APOIO

OFICIAL DE JUSTIÇA - SEGURANÇA EM FOCO

Pesquisa dirigida aos Oficiais de Justiça do Brasil - Tempo médio para conclusão: 2 minutos

Mapeamento de problemas e soluções a serem encaminhadas aos Tribunais

www.oficialcapacitado.com.br

Responsáveis pela pesquisa: Site Oficial Capacitado www.oficialcapacitado.com.br -
Oficiais de justiça do TRT9 – Marcelo Freitas e José Carlos Batista.

Modalidade: On-line (Google Forms), participação espontânea.

Período de realização: março a junho de 2016.

Participantes: Oficiais de Justiça de todos os tribunais brasileiros.

Número de respostas: 1634.

Formulário publicado:

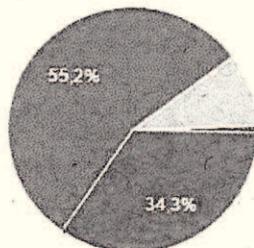
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSecrQ9ww0ECuJmL2Py5Kp4hsex10feBhLiipChpKVtSTiiZMw/viewform>

Respostas disponíveis on-line:

<https://docs.google.com/forms/d/11sz4orijHVJSxir10OYI9P7miJz9fuv1avUNVifwxvM/viewanalytics>

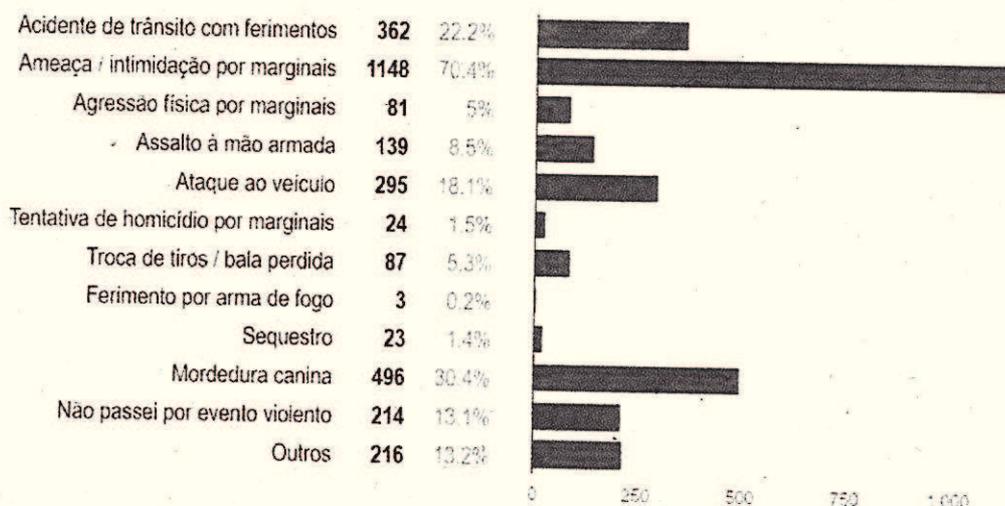
RESUMO DAS RESPOSTAS

VOCÊ CONSIDERA SEU TRABALHO ARRISCADO?

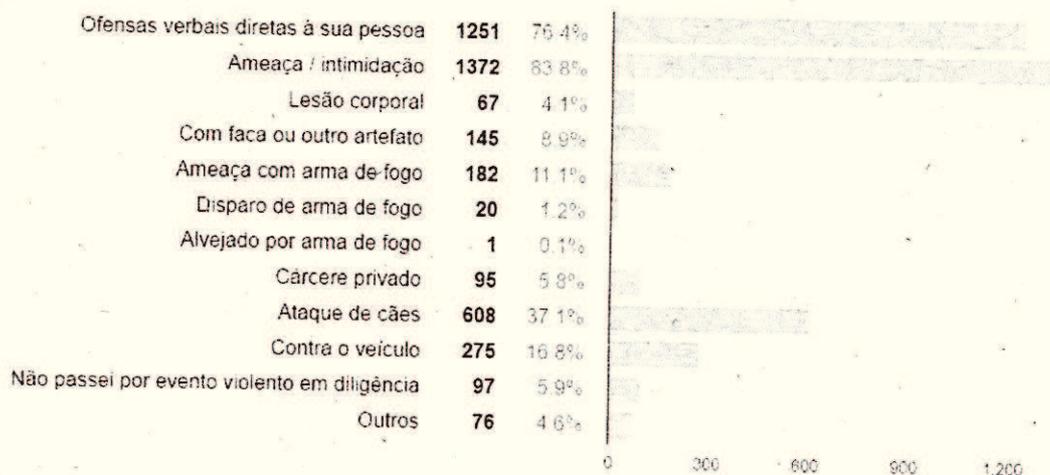


Extremamente	562	34.3%
Muito	904	55.2%
Moderadamente	156	9.5%
Pouco	15	0.9%

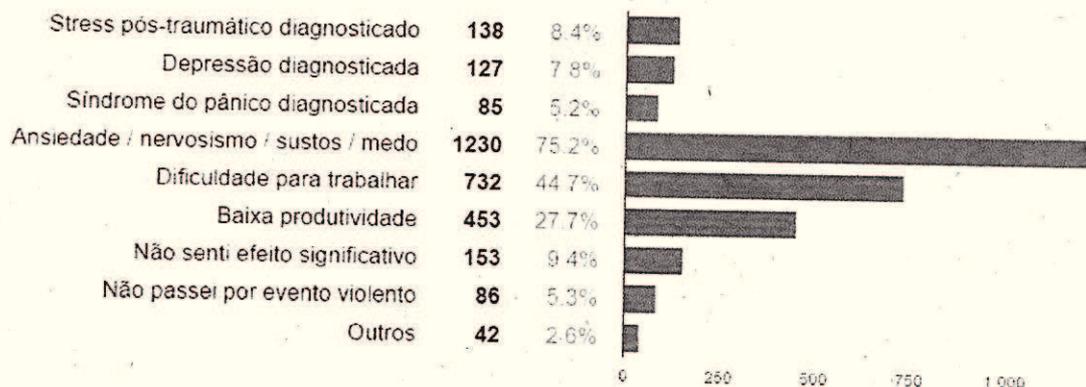
QUAIS DESSES EVENTOS JÁ OCORRERAM COM VOCÊ EM SERVIÇO?

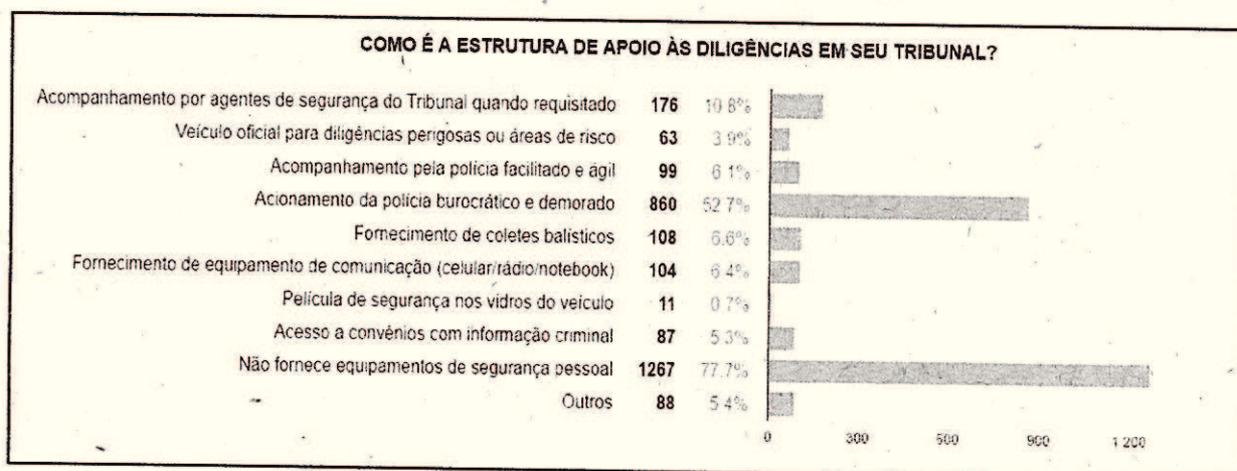
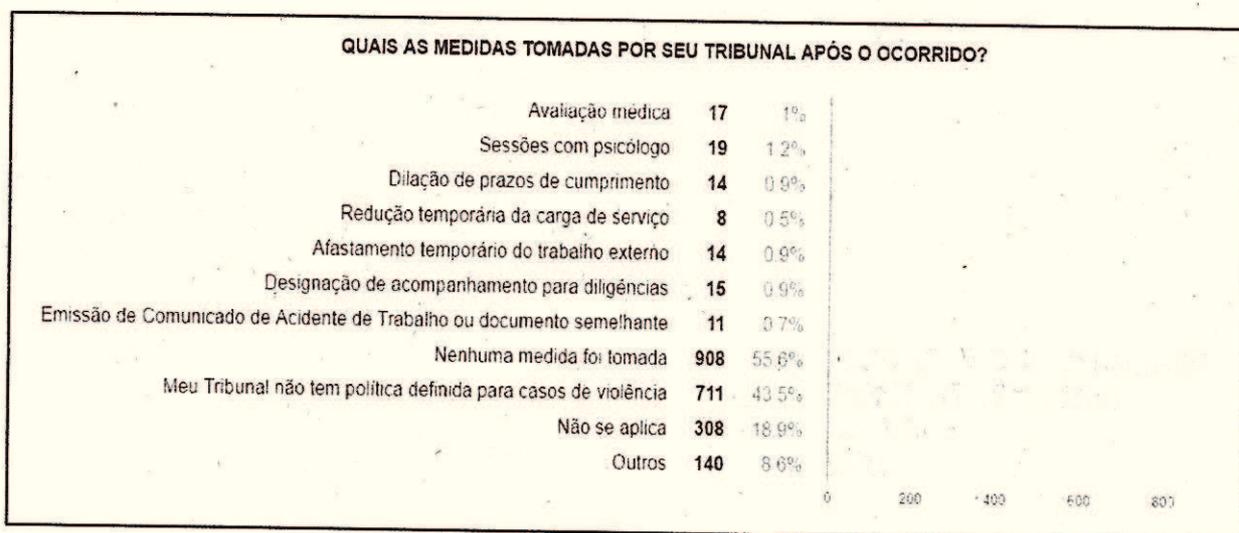
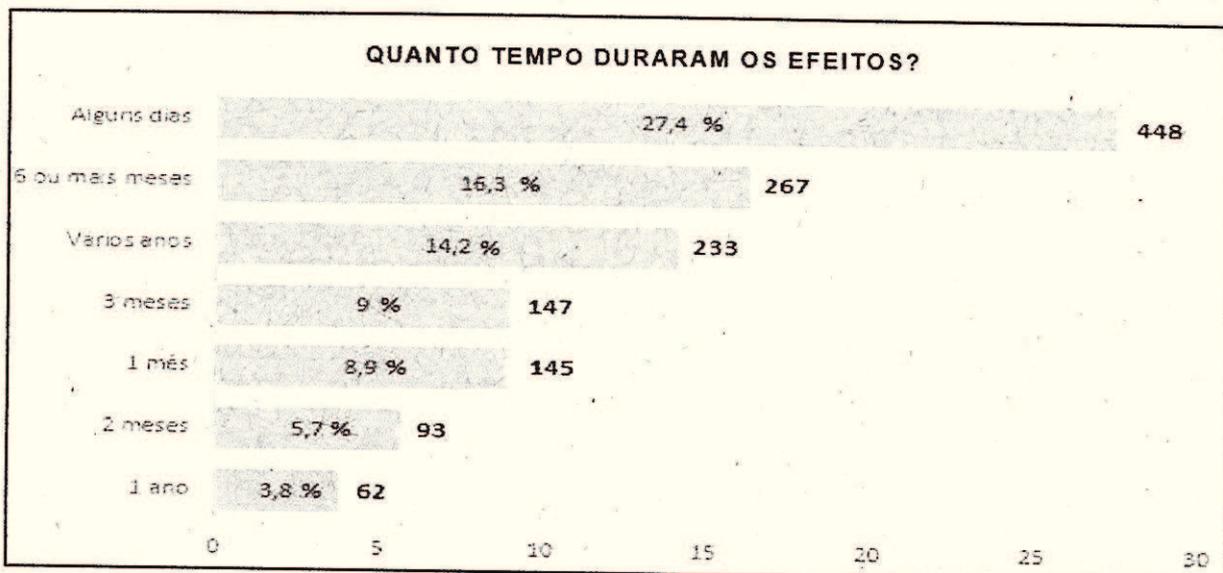


JÁ SOFREU VIOLÊNCIA DURANTE A DILIGÊNCIA?

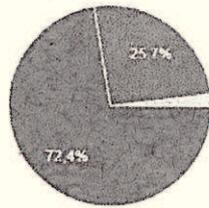


COMO SE SENTIU APÓS O OCORRIDO?



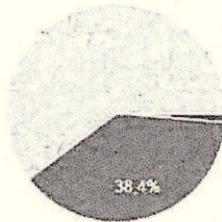


COMO VOCÊ AVALIA A ESTRUTURA DE SEGURANÇA DE SEU TRIBUNAL EM RELAÇÃO AOS OFICIAIS?



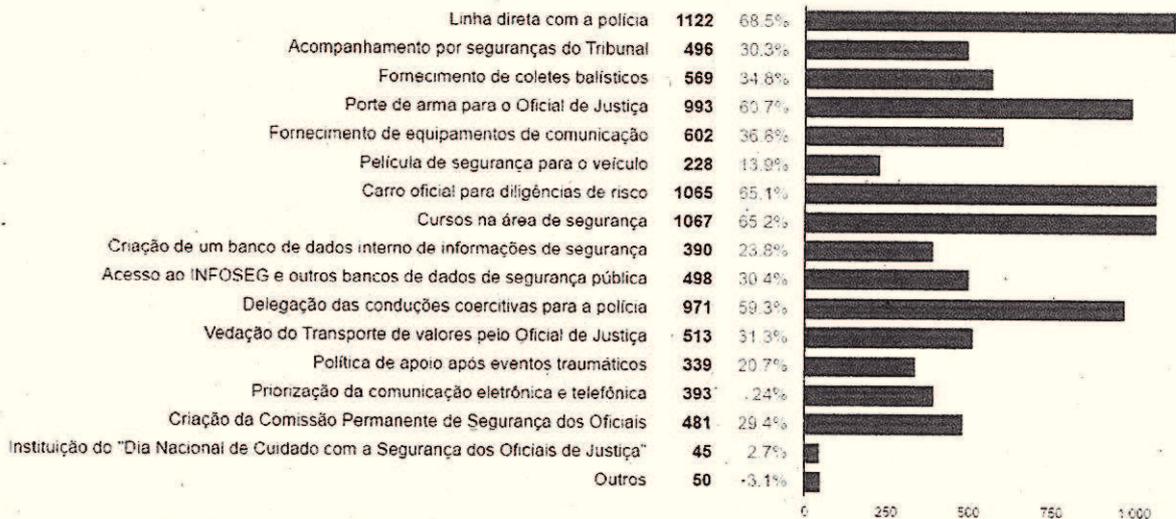
Inexistente ou muito ruim	1185	72,4%
Deficiente	421	25,7%
Adequada	28	1,7%
Excelente	3	0,2%

SEU TRIBUNAL REALIZA CURSOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PARA OS OFICIAIS DE JUSTIÇA?

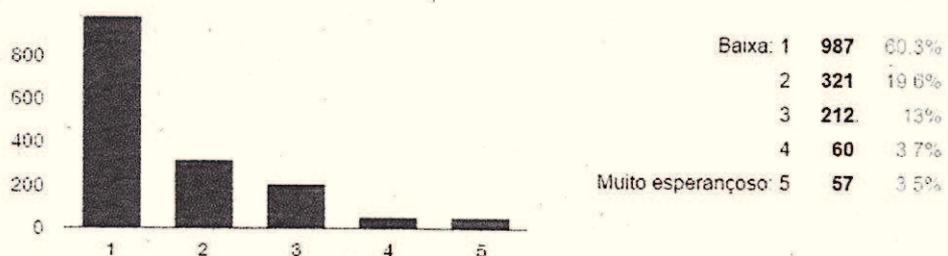


Frequentemente	20	1,2%
Raramente	629	38,4%
Nunca realizou	988	60,4%

ASSINALE AS 6 MEDIDAS QUE CONSIDERA MAIS EFICAZES PARA O GERENCIAMENTO DE SEU RISCO PROFISSIONAL



QUAL SUA EXPECTATIVA DE QUE O SEU TRIBUNAL ATENDA ESSAS REIVINDICAÇÕES?



ESCREVA SEU RELATO DE EVENTO VIOLENTO EM SERVIÇO

(Amostra – A totalidade dos relatos está disponível no site da pesquisa)

Entrar em comunidade reconhecida de tráfico onde um Agente da Polícia Federal foi assassinado. Toda vez que tenho de ir lá fico uma semana ou mais depressivo.

Tentativa de assalto ao carro estacionado quando do cumprimento de mandado. O bandido esmurrava o vidro do carro, estando eu e outra colega dentro do veículo ainda parado, quando resolvemos partir em velocidade, tendo o bandido se agarrado no porta bagagens, e caído pelo o impacto com que foi dada a partida do veículo, e neste momento o outro bandido estava de moto bloqueando a rua, no entanto fomos impulsivas em apostar tudo ou nada, ou seja, iríamos passar por cima do bandido que bloqueava a rua sentado na moto, e este vendo a proximidade do nosso veículo em alta velocidade, tratou de sair dali e apanhar o outro bandido, que saíram em nossa perseguição, até que alcançamos a Avenida principal e muito movimentada, o que fez com que os mesmos recuassem por ter perdido a chance de praticar o delito.

Já fui assaltada a mão armada duas vezes... nenhum apoio do tribunal....

Fui cercado por nove (09) indivíduos desconhecidos quando estava em diligência em um bairro periférico para intimação de um traficante, e só não me aconteceu o pior porque o acusado apareceu e me conheceu por ter cumprido alvará de soltura em seu favor.

Durante o cumprimento de uma notificação, fui impedida de sair do local. Era diligência em zona rural, sem sinal telefônico para pedir ajuda. Consegui "escapar" por força própria. Registrei BO. O Tribunal nunca tratou do caso.

Estava parada no sinal vermelho indo cumprir diligência e fui abordada por um indivíduo que quebrou o vidro e quis levar pertences que estavam no banco do passageiro, eu reagi... O sinal abriu, consegui sair, ele não levou nada, mas fiquei durante algum tempo bastante nervosa ao me aproximar do sinal vermelho. Passei algum tempo para conseguir sair sem tanto medo, ficava com as pernas trêmulas. Mas enfim, hoje tenho atenção redobrada... sei que poderia ter sido com qualquer pessoa, mas aconteceu comigo, no exercício da minha profissão de Oficiala de Justiça.

Fui assaltado a mão armada, levaram meu carro.

Ao bater em uma porta, a fim de cumprir uma notificação para desocupação voluntária de uma residência, fui recebido com uma arma em direção à minha cabeça, xingamentos e ameaças de morte! Consegui fugir, mas não obtive auxílio policial, vez que, na comarca de Salvador se faz necessário encaminhar, antecipadamente, um ofício para o comando da PM.



Fernanda Ferreira <fernanda.ferreira@trt12.jus.br>

Minuta de Ata do Comitê de Priorização de 1º Grau

Alessandro Silva <alessandro.silva@trt12.jus.br>

7 de abril de 2017 17:37

Para: Fernanda Ferreira <fernanda.ferreira@trt12.jus.br>

Cc: Ricardo Nunes <ricardo.nunes@trt12.jus.br>, Jose Kulzer <jose.kulzer@trt12.jus.br>, Magda Fernandes <magda.fernandes@trt12.jus.br>, Rosangela Yamada <rosangela.yamada@trt12.jus.br>, Ana Wronski <ana.wronski@trt12.jus.br>, Enedina Soares <enedina.soares@trt12.jus.br>, Mario Sérgio Kumlehn <mario.kumlehn@trt12.jus.br>, Vanessa Miranda <vanessa.miranda@trt12.jus.br>, Gilmar Vieira <gilmar.vieira@trt12.jus.br>, Clayton Wosgrau <clayton.wosgrau@trt12.jus.br>, Cintia Silva <cintia.silva@trt12.jus.br>

Cara Fernanda,

obrigado pela ata, com a qual estou de acordo.

Registro que já foi constituído um grupo de trabalho para aperfeiçoamento do trabalho dos oficiais de justiça, como pode ser constatado no Proad 7124/2014. Esse grupo se originou em razão de reuniões coordenadas pelo Diretor do Foro de Florianópolis em 2014, o desembargador Alexandre Ramos. Em razão dessas reuniões foi proposta a adoção do procedimento de citação previsto no art. 246, § 1º, do NCPC, conforme Proad 5515/2016.

Penso que essas experiências podem ser aproveitadas.

Os autos dos proads seguem em anexo. Caso isso já seja do conhecimento de vcs, me desculpem, pois ainda estou conhecendo as atividades desse grupo.

Cordialmente,

Alessandro

Em 7 de abril de 2017 14:57, Fernanda Ferreira <fernanda.ferreira@trt12.jus.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

**PROAD 5515-2016.pdf**

147K

**PROAD 7124-2014.pdf**

820K



Fernanda Ferreira <fernanda.ferreira@trt12.jus.br>

Minuta de Ata do Comitê de Priorização de 1º Grau

Fernanda Ferreira <fernanda.ferreira@trt12.jus.br>

7 de abril de 2017 18:24

Para: Alessandro Silva <alessandro.silva@trt12.jus.br>

Cc: Ricardo Nunes <ricardo.nunes@trt12.jus.br>, Jose Kulzer <jose.kulzer@trt12.jus.br>, Magda Fernandes <magda.fernandes@trt12.jus.br>, Rosangela Yamada <rosangela.yamada@trt12.jus.br>, Ana Wronski <ana.wronski@trt12.jus.br>, Enedina Soares <enedina.soares@trt12.jus.br>, Mario Sérgio Kumlehn <mario.kumlehn@trt12.jus.br>, Vanessa Miranda <vanessa.miranda@trt12.jus.br>, Gilmar Vieira <gilmar.vieira@trt12.jus.br>, Clayton Wosgrau <clayton.wosgrau@trt12.jus.br>, Cintia Silva <cintia.silva@trt12.jus.br>

Obrigada pelo retorno Dr. Alessandro!

Foi muito importante sua lembrança em relação ao PROAD nº 7124/2014, pois não tratamos dele no Comitê.

Aproveito a oportunidade para registrar que há outro PROAD (10897/2015), em anexo, que também reúne demandas do Encontro dos Oficiais de Justiça realizado em 2015. Acredito ser importante que todos do Comitê tenham conhecimento.

Atenciosamente,

Fernanda

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**PROAD 10897-2015(1).pdf**

310K